

## Leis

### Lei Complementar nº. 100, de 27 de agosto de 2013.

Modifica o parágrafo único do art. 278 da Lei Complementar nº 71, de 17 de dezembro de 2010, que institui o Código Urbanístico do Município de Ponta Porã - MS, e dá outras providências.

**Autor: Vereador Caio Augusto**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 278 da Lei Complementar nº 71, de 17 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 278 - .....

§1º Os postos de serviços e abastecimento de veículos, deverão se situar a uma distância mínima de 1.000m (mil) metros de distância um do outro. (NR).

§2º - A limitação imposta no parágrafo anterior aplica-se somente a construções futuras, ficando resguardada a distância de 300(trezentos) metros aos postos de combustíveis em construção, aos locais que já apresentam estrutura de postos e aos que anteriormente já estavam em funcionamento.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 27 de agosto de 2013.

**Ludimar Novais**  
**Prefeito Municipal**

### Lei Complementar nº. 101, de 27 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Município de Ponta Porã e dá outras providências.

**Autoria: Vereador Marcelino Nunes de Oliveira e Vereador Caio Augusto**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A presente Lei tem como objetivo estabelecer padrões, critérios e diretrizes sobre a emissão de sons e ruídos, decorrentes de certas atividades e algumas situações abaixo especificadas, ou oriundas de propriedades privadas, em defesa da saúde e do sossego público, bem como do meio ambiente.

Parágrafo único. A emissão de sons, sinais acústicos, ruídos e vibrações por quaisquer fontes ou atividades localizadas ou praticadas em áreas urbanas estará sujeita aos níveis máximos fixados nesta Lei Complementar e obedecerá aos padrões e critérios nela estabelecidos.

Art. 2º - Os dispositivos que estabelecem padrões, critérios e diretrizes sobre a emissão ou proibição de emissões de sons e ruídos produzidos por quaisquer meios ou de qualquer espécie, levarão em consideração, sempre, os locais, horários e natureza das atividades emissoras, com vistas a compatibilizar o exercício da atividade com a preservação da saúde e do meio ambiente.

Art. 3º - Compete a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em parceria com a Agência Municipal de Trânsito, a aplicação das normas e sanções de ordem administrativas.

§ 1º - Estão autorizados a lavrar notificações, autos de infração e instaurar processos administrativos em decorrência de infrações à presente Lei Complementar, os agentes de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Agência Municipal de Trânsito e os fiscalizadores de posturas.

§ 2º - Qualquer pessoa ao constatar ato que possa configurar infração à presente Lei poderá notifica-lo aos órgãos municipais descritos no § 1º do art. 3º ou demais autoridades competentes.

§ 3º - Em caso de comprovada poluição sonora, os agentes do órgão fiscalizador, no exercício da ação fiscalizadora, terão livre acesso às dependências onde estiverem instaladas as fontes emissoras, ressalvado o disposto no inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.